Revista Difusão ACADÊMICA

ESCOLA PÚBLICA E MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO: A TRAJETÓRIA DA ESCOLA MUNICIPAL MARTAGÃO GESTEIRA NO ENGENHO VELHO DE BROTAS

Alex Meneses de Jesus[1]

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória da Escola Municipal Martagão Gesteira, considerando sua relação com a comunidade do Engenho Velho de Brotas, em Salvador, as condições de acesso à escolarização e o processo de municipalização do ensino. A análise, de caráter qualitativo, fundamenta-se em registros documentais, materiais bibliográficos e relatos de sujeitos vinculados à história da instituição, reunidos originalmente em investigação realizada em 2018. Os resultados evidenciam que a criação da escola, em 1954, esteve relacionada às demandas da população local por maior acesso à educação pública, em um contexto marcado por dificuldades de deslocamento para outras instituições de ensino. Ao longo de sua trajetória, foram identificadas mudanças em sua estrutura física, em sua organização e nas relações estabelecidas com a comunidade. A municipalização, ocorrida em 2003, constituiu outro marco significativo, inserindo a instituição no processo mais amplo de descentralização e reorganização da oferta do Ensino Fundamental na Bahia. Conclui-se que a trajetória da Martagão Gesteira articula demanda comunitária por escolarização, vinculação com a comunidade local e transformações na organização administrativa do ensino público.

Palavras-chave: escola pública; municipalização do ensino; escolarização; comunidade escolar; história institucional.

[1] Especialização em Educação Física Escolar (2016 - Faculdade de Vitória). Especialização em Educação, Processos Tecnológicos e Práticas Inovadoras (2018 - Universidade do Estado da Bahia). Licenciatura Plena em Educação Física (2007 - Universidade Federal da Bahia). Professor da rede pública Municipal de Salvador. E-mail: alexmjesus75@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-8772-4391.

ABSTRACT

This article analyzes the trajectory of the Martagão Gesteira Municipal School, considering its relationship with the Engenho Velho de Brotas community in Salvador, the conditions of access to schooling, and the process of municipalization of education. The qualitative analysis is based on documentary records, bibliographic materials, and accounts from individuals connected to the institution's history, originally collected during research conducted in 2018. The results show that the creation of the school in 1954 was related to the local population's demand for greater access to public education, in a context marked by difficulties in traveling to other educational institutions. Throughout its trajectory, changes were identified in its physical structure, organization, and relationships with the community. The municipalization of the school in 2003 represented another significant milestone, placing the institution within the broader process of decentralization and reorganization of elementary education provision in Bahia. It is concluded that the trajectory of Martagão Gesteira brings together community demand for schooling, ties with the local community, and transformations in the administrative organization of public education.

Keywords: public school; municipalization of education; schooling; school community; institutional history.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória das instituições escolares permite compreender aspectos das transformações que atravessam a educação pública e das relações estabelecidas entre a escola, a comunidade e as políticas educacionais. Mais do que registrar acontecimentos relacionados à criação e ao funcionamento de uma unidade de ensino, investigar sua trajetória possibilita observar como demandas por escolarização e mudanças na organização dos sistemas educacionais se manifestam em contextos específicos.

No Engenho Velho de Brotas, em Salvador, a constituição da Escola Municipal Martagão Gesteira relaciona-se às condições de acesso da população local à educação. Lima (2017) registra que moradores da região enfrentavam dificuldades para acessar escolas públicas, algumas localizadas fora do bairro e a distâncias superiores a três quilômetros. Nesse contexto, a criação da instituição, em 7 de agosto de 1954, esteve relacionada à necessidade da comunidade de ampliar as possibilidades de escolarização de seus filhos e familiares.

Ao longo de sua trajetória, a escola passou por mudanças em sua estrutura e em sua vinculação administrativa. Inicialmente pertencente à rede estadual de ensino da Bahia, a instituição foi municipalizada em 2003, conforme registro da Portaria nº 040/2003. Esse processo insere a trajetória da Martagão Gesteira em um contexto mais amplo de descentralização e municipalização do Ensino Fundamental, especialmente intensificado no Brasil e na Bahia a partir da década de 1990 (Oliveira, 2007).

A partir desse contexto, estabelece-se como problema de pesquisa: como a trajetória da Escola Municipal Martagão Gesteira expressa as relações entre demanda comunitária por escolarização, expansão do ensino público e municipalização da educação no Engenho Velho de Brotas? O objetivo deste artigo consiste em analisar a trajetória da Escola Municipal Martagão Gesteira, considerando sua relação com a comunidade do Engenho Velho de Brotas, o acesso à escolarização e o processo de municipalização do ensino.

O artigo desenvolve uma análise de caráter qualitativo a partir de registros documentais, materiais bibliográficos e relatos de sujeitos vinculados à trajetória da instituição. Entre as fontes encontram-se o Projeto Político-Pedagógico da escola, registros institucionais, o Livro de Termo de Posse e relatos de pessoas que participaram de diferentes momentos da história da unidade, obtidos por meio de entrevistas e conversas registradas por WhatsApp, vídeo/celular e contatos presenciais durante a pesquisa. Os dados históricos e institucionais analisados neste artigo foram originalmente levantados no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Processo avaliativo em Educação Física escolar e o diálogo com as TIC: a experiência do vídeo de bolso na Escola Municipal Martagão Gesteira/SSA/BA”, desenvolvido no curso de Especialização em Educação, Processos Tecnológicos e Práticas Inovadoras, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 2018.

Além desta introdução, o artigo está organizado em duas seções de desenvolvimento. A primeira apresenta a fundamentação teórica sobre escola pública, acesso à escolarização, descentralização e municipalização do ensino. A segunda analisa a trajetória da Escola Municipal Martagão Gesteira, articulando sua inserção no Engenho Velho de Brotas às transformações ocorridas na organização do ensino público. Por fim, as considerações finais retomam os principais achados da análise.

2 ESCOLA PÚBLICA, DESCENTRALIZAÇÃO E MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

A compreensão das transformações ocorridas na organização da educação pública brasileira requer considerar os diferentes contextos históricos nos quais se constituíram as políticas de escolarização e as responsabilidades atribuídas aos entes federativos. A expansão da oferta educacional, a organização dos sistemas de ensino e a definição das atribuições de estados e municípios integram um processo marcado por mudanças políticas, administrativas e educacionais que repercutiram na configuração das redes públicas de ensino.

Ao abordar as concepções pedagógicas na história da educação brasileira, Saviani (2005) permite compreender a educação em sua relação com os diferentes contextos históricos e sociais do país. A constituição e a transformação das instituições escolares, nessa perspectiva, não se encontram dissociadas das mudanças experimentadas pela própria sociedade e das formas assumidas pela organização educacional em diferentes períodos. A história das instituições de ensino pode, assim, ser situada em processos mais amplos de constituição e desenvolvimento da educação brasileira.

A ampliação do acesso à escola pública constitui uma dimensão importante desse processo. No contexto do Engenho Velho de Brotas, Lima (2017) recupera relatos de moradores nascidos a partir de meados da década de 1940 que evidenciam as dificuldades de acesso à escolarização. Segundo o autor, além de pequenas escolas particulares, as possibilidades de escolarização pública encontravam-se, em alguns casos, fora do bairro ou da região, havendo instituições situadas a mais de três quilômetros de distância. Essa situação exigia o deslocamento das crianças para outras localidades e evidencia as dificuldades enfrentadas por parte da população para acessar a educação escolar.

A discussão sobre o acesso à escolarização articula-se à própria organização da educação pública e à forma como as responsabilidades pela oferta do ensino foram distribuídas entre as diferentes esferas governamentais. Nesse âmbito, a descentralização constitui um processo relevante para compreender as mudanças experimentadas pela educação brasileira. Kang (2011), ao analisar historicamente a descentralização e o financiamento da educação no país, destaca dificuldades relacionadas à repartição das responsabilidades entre os níveis de governo. O autor aponta que, em determinados períodos, a descentralização ocorreu sem a definição adequada de fontes de financiamento e em meio a indefinições quanto às atribuições administrativas e financeiras das diferentes esferas governamentais.

Nesse sentido, a descentralização educacional envolve mais do que uma alteração na dependência administrativa das instituições. O processo está relacionado à distribuição de responsabilidades pela oferta, administração e

financiamento do ensino. A definição das atribuições dos entes federativos constitui, portanto, uma dimensão relevante para compreender a organização das redes públicas e as mudanças ocorridas na responsabilidade pela oferta da Educação Básica.

A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, integra esse contexto de reorganização das responsabilidades educacionais. A legislação atribuiu aos municípios atuação prioritária na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, enquanto aos estados coube atuação prioritária nos ensinos Fundamental e Médio. Essa distribuição de competências contribuiu para fortalecer a participação municipal na oferta educacional, especialmente no Ensino Fundamental.

É nesse contexto que a municipalização se apresenta como uma das expressões do processo de descentralização da educação. Oliveira (2007), ao discutir a descentralização e a municipalização do Ensino Fundamental na Bahia durante a década de 1990, destaca as mudanças ocorridas na distribuição das matrículas e das responsabilidades pela oferta desse nível de ensino. A autora relaciona esse movimento ao processo pelo qual os municípios passaram a assumir maior participação na oferta do Ensino Fundamental, enquanto o Estado reduzia progressivamente sua atuação nesse segmento.

Um dos elementos relacionados a esse processo foi a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Na discussão apresentada por Oliveira (2007), o Fundo contribuiu para impulsionar a municipalização do Ensino Fundamental, favorecendo o movimento de transferência da oferta para as redes municipais. A municipalização ocorrida na Bahia deve, dessa forma, ser compreendida no contexto das mudanças experimentadas na organização e no financiamento da educação pública a partir da década de 1990.

A análise de Oliveira (2007) contribui para compreender que a municipalização não corresponde apenas à mudança formal de uma escola da rede estadual para a municipal. Ela integra um processo mais amplo de reorganização da oferta do Ensino

Fundamental e de redefinição das responsabilidades entre Estado e municípios. Tal compreensão é particularmente relevante quando se analisam instituições que atravessaram diferentes formas de vinculação administrativa ao longo de sua trajetória.

A discussão sobre municipalização também pode ser compreendida a partir das formulações de Anísio Teixeira acerca da organização da educação. Teixeira (1989 [1953], *apud* Lima, 2017, p. 226), ao tratar da regionalização da escola, relaciona essa perspectiva à municipalização e à possibilidade de aproximação entre a administração escolar e as características do contexto local. A municipalização aparece, nessa perspectiva, vinculada à possibilidade de uma organização educacional mais próxima das realidades nas quais as instituições escolares estão inseridas.

A relação entre instituição escolar e realidade local também pode ser observada a partir da própria organização da escola. Nesse aspecto, o Projeto Político-Pedagógico constitui um documento relevante para compreender as intencionalidades, os problemas e as formas de organização construídas no âmbito institucional. Para Veiga (2012), o projeto político-pedagógico constitui um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola e de busca de alternativas para a concretização de suas intencionalidades.

Essa concepção permite considerar a escola não apenas como uma unidade administrativa pertencente a determinado sistema de ensino, mas como uma instituição cuja organização envolve sujeitos, experiências e relações construídas no contexto em que está inserida. Os documentos produzidos no âmbito escolar, associados a outros registros e às memórias dos sujeitos que participaram de sua trajetória, podem contribuir para compreender tanto aspectos de sua organização quanto mudanças experimentadas ao longo do tempo.

A articulação entre as contribuições de Saviani (2005), Lima (2017), Kang (2011), Oliveira (2007) e Veiga (2012) permite, portanto, estabelecer um referencial para a compreensão da trajetória de uma instituição escolar em relação a processos mais amplos da educação pública. De um lado, encontram-se as condições de acesso

à escolarização e as relações estabelecidas entre escola e comunidade; de outro, as mudanças na organização dos sistemas de ensino, especialmente aquelas relacionadas à descentralização e à municipalização do Ensino Fundamental.

A partir desse referencial, a trajetória de uma escola pode ser compreendida para além de uma sequência de acontecimentos administrativos. Sua criação, suas transformações e suas mudanças de vinculação institucional podem ser analisadas em relação às condições de escolarização da população e às formas assumidas pela organização do ensino público em diferentes momentos. É nessa perspectiva que, na seção seguinte, são examinados os registros documentais e os relatos relacionados à trajetória da Escola Municipal Martagão Gesteira, desde sua inserção no Engenho Velho de Brotas até sua municipalização.

3 A TRAJETÓRIA DA ESCOLA MUNICIPAL MARTAGÃO GESTEIRA

A trajetória da Escola Municipal Martagão Gesteira está relacionada às condições de escolarização da população do Engenho Velho de Brotas. Fundada em 7 de agosto de 1954, por meio da Portaria nº 3.482 do Estado da Bahia, sua criação ocorreu em um contexto no qual moradores da região encontravam dificuldades para acessar instituições públicas de ensino. Os registros analisados indicam que a presença da escola no bairro esteve associada à necessidade da comunidade de dispor de uma unidade de ensino mais próxima para a escolarização de seus filhos e familiares.

A reconstrução dessa trajetória articulou os registros documentais às memórias de pessoas vinculadas à escola e à comunidade. Diante das lacunas e da dificuldade de localização de registros oficiais que permitissem recuperar integralmente determinados períodos da história da instituição, os relatos de antigos moradores, estudantes, professores e gestores contribuíram para complementar as informações encontradas nos documentos.

Os registros também indicam mudanças no espaço físico ocupado pela instituição. A escola funcionou anteriormente em uma estrutura situada a

aproximadamente duzentos metros do prédio ocupado à época da pesquisa, contando inicialmente com duas salas. Posteriormente, passou a funcionar em uma estrutura com oito salas de aula. Essas informações demonstram transformações nas condições físicas da unidade ao longo de sua trajetória, embora as fontes disponíveis não permitam estabelecer de maneira conclusiva os fatores responsáveis por essa mudança.

A relação entre a escola e a comunidade constitui outro aspecto identificado nas fontes analisadas. Os relatos de sujeitos vinculados à instituição contribuíram para recuperar informações sobre sua origem e seu desenvolvimento ao longo do tempo. No período investigado, em 2018, a escola atendia aproximadamente 400 estudantes, provenientes majoritariamente do Engenho Velho de Brotas e de comunidades próximas, o que demonstra a continuidade de sua vinculação com a comunidade local mais de seis décadas após sua fundação. Os relatos coletados naquele período também registraram a atuação do Conselho Escolar e a relação estabelecida entre a instituição e a comunidade.

Outro marco significativo na trajetória da Escola Municipal Martagão Gesteira ocorreu em 2003, quando a instituição passou da rede estadual para a administração municipal, conforme registrado na Portaria nº 040/2003. Essa mudança de vinculação administrativa pode ser compreendida no contexto mais amplo de descentralização e municipalização do Ensino Fundamental na Bahia, marcado pela ampliação da participação dos municípios na oferta desse nível de ensino. Nesse sentido, a municipalização da escola representa, em escala local, uma das transformações ocorridas na organização da educação pública no período.

A trajetória da Martagão Gesteira permite, dessa forma, identificar dois momentos particularmente significativos. O primeiro corresponde à sua criação, em 1954, relacionada às demandas de escolarização existentes no Engenho Velho de Brotas. O segundo refere-se à municipalização, em 2003, que alterou sua vinculação administrativa. Entre esses momentos, os documentos e relatos registram mudanças no espaço físico, na organização da unidade e nas experiências dos sujeitos que participaram de sua história.

A trajetória da instituição não se limita, contudo, aos atos administrativos que registraram sua criação e municipalização. A presença da escola no Engenho Velho de Brotas também se relaciona às experiências de moradores, estudantes, professores e gestores que participaram de diferentes momentos de sua história. Os registros documentais e os relatos permitem, assim, compreender a Martagão Gesteira como uma instituição vinculada à comunidade na qual foi constituída e, simultaneamente, atravessada pelas mudanças ocorridas na organização do ensino público.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória da Escola Municipal Martagão Gesteira permitiu compreender sua relação com as demandas por escolarização no Engenho Velho de Brotas e com as transformações ocorridas na organização do ensino público. Sua criação, em 1954, esteve vinculada à necessidade de ampliar as possibilidades de acesso à escola para a população local, em um contexto no qual parte das crianças precisava se deslocar para outras localidades em busca de instituições públicas de ensino.

Os registros documentais e os relatos de sujeitos vinculados à escola possibilitaram recuperar aspectos de sua trajetória que não se encontravam reunidos em uma única fonte. Além da origem da instituição, foram identificadas mudanças em seu espaço físico e elementos relacionados à permanência de sua vinculação com a comunidade. Nesse sentido, a utilização conjunta de documentos e relatos contribuiu para a compreensão de diferentes momentos da história da unidade.

A municipalização, ocorrida em 2003, constitui outro marco dessa trajetória. A passagem da rede estadual para a municipal inseriu a Martagão Gesteira no processo de reorganização da oferta do Ensino Fundamental discutido ao longo do artigo. Dessa forma, a história da instituição evidencia, em escala local, como mudanças mais amplas na organização da educação pública alcançaram uma escola constituída a partir das necessidades de escolarização de sua comunidade.

Conclui-se, portanto, que a trajetória da Escola Municipal Martagão Gesteira articula demanda comunitária por escolarização, permanência da escola no contexto local e mudanças na organização administrativa do ensino público. Ao recuperar essa trajetória, o artigo contribui para preservar registros da história da instituição e para compreender sua inserção no processo educacional do Engenho Velho de Brotas, sem dissociá-la das transformações que marcaram a organização da educação pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996.

KANG, T. H. **Descentralização e financiamento da educação brasileira**: uma análise comparativa, 1930-1964. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 41, p. 573-598, 2011.

LIMA, Paulo Costa (org.). **Paralaxe 1**: pesquisa em música e diálogos com produção artística, ensino, memória e sociedade. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 205-230.

OLIVEIRA, M. N. A descentralização/municipalização do ensino fundamental na Bahia nos anos de 1990: impactos no financiamento da educação municipal. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO; CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2007, Porto Alegre. **Cadernos ANPAE**, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Campinas, 2005.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 29. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 1-12.